

SC12321
AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.Africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Quinta Sessão Ordinária
20 – 24 de Junho de 2014
Malabo, Guiné Equatorial

EX.CL/841(XXV)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DOS MINISTROS DO COMÉRCIO

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Fax: +251-1-517844

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DA UA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO
23-28 de Abril de 2014
Adis Abeba, Etiópia**

**AU/TD/MIN/RPT
Original: Inglês**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO
27 – 28 DE ABRIL DE 2014**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO

INTRODUÇÃO

1. A Sessão Extraordinária da Conferência da UA dos Ministros de Comércio foi realizada a nível Ministerial na Sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, a 27-28 de Abril de 2014. A reunião foi formalmente aberta por S.E. Sr. Aziz Mahamat Saleh, Ministro da Economia, Comércio e Desenvolvimento do Turismo da República do Chade que presidiu a Conferência.

PARTICIPAÇÃO

2. Participaram na reunião os seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Mali, Malawi, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram igualmente presentes na reunião as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER) e Conselhos Empresariais Africanos: COMESA, EAC, CEEAC, IGAD, SADC, Conselho Empresarial da COMESA (CBC), Conselho Empresarial da África Oriental (EABC) e a Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da África Ocidental (FEWACCI).

4. Estiveram ainda representadas as Agências das Nações Unidas, UNECA e PNUD. A lista completa dos participantes é apresentada no Anexo 1.

PROCEDIMENTOS

Ponto 1 da Agenda: Cerimónia de Abertura

Declaração da Comissária para o Comércio e Indústria

5. Depois de dar as boas-vindas aos Ministros à Adis Abeba, S.E. a Comissária para o Comércio e Indústria indicou que a Sessão Extraordinária foi organizada em resposta à orientação da Cimeira da UA, realizada em Janeiro de 2014, conforme recomendado pelo Comité Africano de Alto Nível para o Comércio (HATC). Destacou as Decisões do HATC instando os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais a garantir que as negociações dos acordos comerciais bilaterais e multilaterais pelas CER e países individuais não comprometam a integração de África ou prejudiquem o âmbito e a visão do Tratado de Abuja.

6. S.E. a Comissária levantou uma série de questões essenciais relacionadas com a re-autorização da AGOA, as negociações dos APE em curso, a resposta estratégica de África nas negociações da OMC, o Plano de Acção para a Promoção do Comércio Intra-africano e o estabelecimento da ZCLC. Comentou sobre os resultados da 4ª Cimeira

Conjunta UE-UA, em Bruxelas, e sublinhou a necessidade dos Ministros darem uma orientação política forte em relação à via a seguir sobre os APE. Incentivou os Ministros para o engajamento no resultado de Bali e que apresentem recomendações à Cimeira sobre como os interesses de África podem ser efectivamente protegidos nas negociações da OMC, particularmente na Agenda Pós-Bali. Sublinhou a necessidade premente de África falar a uma só voz, de modo a aumentar o seu poder de negociação e enfrentar alguns dos desequilíbrios no sistema de comércio multilateral.

7. Ao concluir, S.E. a Comissária reafirmou a importância de África criar estratégias de forma eficaz, garantindo que a AGOA seja prorrogada para os próximos 15 anos, de modo a permitir que os países africanos obtenham máximos benefícios da AGOA. Indicou que, dadas as incertezas nas negociações comerciais multilaterais e bilaterais, tornou-se ainda mais crucial para África criar e manter o ímpeto para a criação de uma ZCLC, que seja tão ambiciosa quanto possível, no mais curto espaço de tempo possível. Ressaltou a importância de priorizar a agenda de integração económica de África em relação a outros acordos bilaterais e multilaterais, porque essa agenda é essencial para a transformação económica e desenvolvimento de África.

Discurso de Abertura do Presidente da Sessão

8. S.E. Sr. Aziz Mahamat Saleh, Ministro da Economia, Comércio e Desenvolvimento do Turismo da República do Chade proferiu o discurso de abertura na qualidade de Presidente da Conferência. Manifestou o seu apreço por presidir a presente Sessão Extraordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio e agradeceu à Comissão da União Africana por acolher este evento. Lembrou então da histórica Decisão da Cimeira de 2012 sobre a Promoção do Comércio Intra-Africano (BIAT) e Criação da Zona Continental de Comércio Livre (ZCLC) e do Plano de Acção, que visam aprofundar a integração de África na economia global e garantir que o comércio sirva como um instrumento eficaz para o desenvolvimento rápido e sustentável do continente.

9. Referindo-se à Decisão da Cimeira de 2014, o Presidente lembrou aos participantes sobre a génese e os objectivos da presente sessão, especialmente sobre a necessidade de preparar de forma efectiva para o início das negociações da ZCLC em 2015, e analisar os relatórios sobre as implicações da MC 9 da OMC de Bali e os resultados dos estudos de avaliação realizados sobre a AGOA. O Presidente indicou que a presente Sessão, dá a oportunidade aos Ministros para analisar o Relatório da Reunião de Altos Funcionários e avaliar a realidade que África enfrenta para a implementação das decisões. Enfatizou a necessidade de fortalecer os mercados regionais e continentais de África, por meio da utilização do comércio como uma ferramenta para o crescimento e desenvolvimento económico, prossecução dos processos de integração e compromisso para iniciar as negociações da ZCLC em 2015 para o estabelecimento da ZCLC até a data indicativa de 2017.

10. Em conclusão, lembrou à reunião que o sucesso deste processo depende da determinação de África e da vontade comum. Finalmente, lembrou que o relatório da presente reunião seria analisado pelo HATC, e declarou oficialmente aberta a reunião.

Ponto 2 da Agenda: Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos

11. A Conferência analisou a sua Agenda e Organização dos Trabalhos. A Comissão foi instada a gerir o tempo de forma rigorosa, a fim de permitir a análise de todos os pontos essenciais da Agenda. Nesse sentido, o Programa de Trabalho foi alterado. A Agenda e o Programa de Trabalho foram adoptados após alterações propostas.

Ponto 3 da Agenda: Apresentação do Relatório da Reunião de Altos Funcionários

12. O Relatório da Reunião de Altos Funcionários foi apresentado pelo Presidente da Reunião, Sr. Mbaikombe Guetimbaye Abel, Secretário-Geral Adjunto do Ministério do Comércio e Indústria do Chade.

13. A Conferência foi ainda informada sobre as questões da OMC pelo Coordenador do Grupo Africano na OMC e pelo Representante Permanente da UA em Genebra; sobre as questões dos APE pelo Embaixador do Quênia, em representação do Grupo Africano em Bruxelas; e sobre as questões da AGOA pelo Representante da UA em Washington DC. A Conferência tomou nota da informação.

14. A Conferência tomou nota do Relatório da Reunião de Altos Funcionários e fez as seguintes recomendações sobre cada ponto:

Questões decorrentes da 2ª Reunião do Comité Africano de Alto Nível para o Comércio (HATC)**I. Recomendações sobre a Resposta de África e das Implicações dos Resultados de Bali da OMC****1. Os Estados-Membros devem;**

- a) Implementar o Acordo de Facilitação do Comércio em carácter provisório, em conformidade com o parágrafo 47 da Declaração Ministerial de Doha;
- b) Procurar atribuir recursos adequados para permitir a preparação das suas instituições nacionais envolvidas na implementação do Acordo, tais como as Administrações Aduaneiras, nos seus programas de reforma e modernização;
- c) Aconselhar os Representantes Permanentes em Genebra a apelar à todos os Membros da OMC a apoiar os esforços da União Africana de garantir o estatuto de observador na OMC;
- d) Mandatar à CUA a renovar a sua candidatura junto do Director-Geral da OMC e à todos os relevantes órgãos da OMC solicitando a concessão do estatuto de observador permanente à União Africana em todos os órgãos da OMC;

- e) Reconhecendo que os Estados-membros informem individualmente sobre os seus Compromissos de Facilitação de Comércio junto da OMC, sempre que possível, coordenar e harmonizar os seus compromissos em relação ao Acordo de Facilitação de Comércio, por meio dos seus respectivos agrupamentos regionais;
- f) Exigir que as disposições da Secção II do Acordo de Facilitação de Comércio, relativo ao Tratamento Especial e Diferenciado sejam aplicáveis aos países africanos procuram adesão;
- g) Apoiar veementemente os países africanos que procuram adesão a beneficiar da prestação de assistência técnica e financeira bem como das disposições transitórias durante o processo de adesão.

2. A CUA deve:

- a) Envolver-se com as CER e os Estados-membros na implementação do Acordo de Facilitação de Comércio, de acordo com as prioridades de África bem como tanto os interesses a curto e longo prazo;
- b) Envolver-se com os países desenvolvidos e os parceiros de desenvolvimento sobre a mobilização de recursos para a implementação do Acordo de Facilitação de Comércio;
- c) Monitorizar a prestação de assistência técnica e financeira, bem como na implementação das disposições do Acordo de Facilitação de Comércio e apresentar um relatório aos Ministros Africanos do Comércio;
- d) Criar uma plataforma/fórum para o intercâmbio de informações que permitam a aprendizagem pelos Pares entre os Estados-membros da União Africana, na implementação do Acordo;
- e) Garantir que esta Agenda de Facilitação do Comércio esteja em conformidade com os programas prioritários do Grupo de Facilitação do Comércio da BIAT;
- f) Fortalecer a capacidade técnica do Departamento de Comércio e Indústria e da Missão da UA em Genebra para continuar a prestar apoio técnico aos países africanos nas negociações da OMC.

3. **A CUA e a UNECA, a trabalhar com os negociadores africanos em Genebra, devem:**
 - a) Elaborar um documento da posição de África sobre as prioridades e posições africanas para o Programa de Trabalho Pós-Bali, a ser apresentado para análise e adopção dos Ministros Africanos do Comércio;
 - b) Organizar reuniões de coordenação ou retiros trimestrais para harmonizar as posições africanas sobre questões da OMC – em particular as negociações do Pós-Bali.
 4. **A CUA e as CER, apoiadas pela UNECA e outros parceiros de desenvolvimento, devem:**
 - a) Realizar a sensibilização de todos os interessados sobre o Acordo, incluindo as funções e obrigações previstas de várias instituições/agências de implementação a nível nacional;
 - b) Envolver-se com o sector privado para garantir que as Medidas de Facilitação do Comércio priorizadas beneficiam as empresas africanas em primeiro lugar;
 - c) Projectar e implementar o reforço das capacidades, à medida de todos as partes interessadas, a fim de garantir a implementação efectiva do Acordo;
 - c) Elaborar um Roteiro com cronogramas específicos para a implementação das recomendações acima expressas.
- II. **Recomendações sobre a Avaliação de África da Lei de Crescimento e Oportunidade de África (AGOA)**
- a) O processo de integração regional de África deve ser consolidado, enquanto continua a envolver-se com os EUA para uma re-autorização da AGOA por mais quinze anos;
 - b) As questões de melhor acesso ao mercado, flexibilidade das Regras de Origem e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e, sobretudo, a capacitação devem ser questões prioritárias aquando da advocacia com os EUA;
 - c) Os países africanos são incentivados a desenvolver estratégias nacionais de resposta da AGOA, a fim de maximizar os benefícios da AGOA;
 - d) A CUA, o Grupo de Embaixadores Africanos em Washington e os Estados-membros devem intensificar os seus contactos com o Governo dos EUA no sentido de fazer avançar as posições comuns de África em relação ao futuro da AGOA;

- e) Os países beneficiários da AGOA devem fazer influência para que as preferências da AGOA seja alargada a todos os países africanos bem como para a o alargamento da cobertura de produtos das exportações da AGOA para os EUA.

III. **Recomendações sobre as Negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE)**

- a) Antes da assinatura e ratificação dos APE, os Estados-membros deve ter em consideração os interesses estratégicos da África e garantir que os acordos não:
- Prejudiquem a integração económica regional e continental;
 - Levem à perda de empregos, investimentos e de receitas públicas;
 - Ameacem os programas de desenvolvimento industrial de África.
- b) A UA deve ter uma posição unificada sobre o Regulamento de Acesso ao Mercado da UE, recordando a Declaração de Sipopo dos Ministros do Comércio da ACP, sobre o atraso da entrada em vigor do Regulamento; no entanto, para evitar perturbações no comércio, há necessidade urgente dos países africanos intensificarem os esforços de defesa com os Estados-membros da UE a nível político;
- c) A CUA e os Estados-membros devem contactar a União Europeia para esclarecer sobre a entrada em vigor do prazo e explorar todas as possibilidades para evitar perturbações no comércio, incluindo a solicitação de uma prorrogação e identificação de mercados alternativos em África;
- d) A CUA, os Estados-membros e o sector privado devem fazer rapidamente mobilização de recursos dentro e fora do continente, a fim de apoiar os países aos quais tenha impacto negativo a retirada do Regulamento de Acesso ao Mercado 1528/2007, conforme emendada, até 1 de Outubro de 2014.
- e) Os pontos focais regionais de negociação dos APE devem partilhar a versão mais recente dos projectos de documentos de negociação com a CUA, até ao dia 09 de Maio de 2014, tendo em conta que os Estados-membros estão em diferentes fases nas negociações;
- f) A CUA e a UNECA devem realizar urgentemente uma análise técnica, incluindo um resumo das recomendações dos estudos realizados, e propor soluções sobre o impacto dos APE nas economias africanas, no contexto da retirada eminente do acesso ao mercado até ao dia 1 de Outubro de 2014. A análise deve incidir sobre os não PMA e as implicações a nível nacional, regional e continental;
- g) A CUA deve organizar uma Reunião de Coordenação sobre os APE, a nível de peritos, para:

- i. Partilhar informações sobre os actuais documentos dos APE – incluindo uma avaliação conjunta das disposições nos diferentes documentos regionais, de modo a identificar as divergências, partilhar experiências e identificar documentos de melhores praticas sobre as questões contenciosas comuns;
- ii. Elaborar disposições jurídicas para garantir que os APE possam ser avaliados nos termos do Parágrafo 42 da Declaração da Cimeira Conjunta UE-África, caso esses acordos impeçam ou ameacem a integração de África.

IV. Recomendações sobre a Estratégia de Implementação para a Promoção do Comércio Intra-Africano

- a) A CUA, os Secretariados das CER e a CEA devem continuar as suas consultas com todos os Estados-membros de modo a garantir a propriedade;
- b) Há necessidade de uma maior coordenação entre a CUA e as CER, incluindo o intercâmbio de informações sobre integração, de modo que os processos regionais possam alimentar os processos continentais;
- c) Os Estados-membros e os Secretariados das CER devem indicar pontos focais nacionais e regionais e criar Grupos de Trabalho Técnicos para a BIAT/ZCLC, em conformidade com a Decisão da Cimeira de Julho de 2012.

V. Debate Estratégico sobre a criação da ZCLC

15. Relativamente ao Debate Estratégico sobre a criação da ZCLC, a Conferência manifestou as seguintes opiniões:

- i. O desenvolvimento industrial e de infra-estruturas são importantes para uma ZCLC que seja benéfica para todos os países africanos;
- ii. A importância de incluir o comércio de serviços e o movimento de pessoas de negócio na ZCLC;
- iii. A inclusão da dimensão marítima da Promoção do Comércio Intra-africano e as necessidades especiais dos países insulares;
- iv. Explorar modalidades de compensação pelas perdas de receitas para os países que participam na ZCLC;
- v. Consolidação dos acordos regionais de comércio livre, como a base para a criação de uma ZCLC forte;

- vi. A ZCLC deve ser concebida de uma forma que promova o desenvolvimento e reforço de cadeias de valor regionais.

VI. Recomendações sobre os Projecto de Objectivos e Princípios Orientadores e de Disposições Institucionais para as Negociações da ZCLC

16. Devem ser realizados mais debates e aperfeiçoar os projectos de Objectivos e Princípios Orientadores e de Disposições Institucionais para as Negociações da ZCLC e apresentado à 9ª Sessão do CAMOT;

VII. Recomendações sobre os Termos de Referência do Fórum de Negociação da ZCLC (FN-ZCLC)

17. A Comissão deverá elaborar um Projecto de Termos de Referência para o Fórum de Negociação da ZCLC, com base nas melhores práticas das CER e/ou Tripartida e apresentar um projecto para debate durante a próxima Reunião de Altos Funcionários do Comércio.

VIII. Projecto de Plano de Trabalho para o Grupo de Trabalho da CUA/Continental

18. A Conferência aprovou o Plano de Trabalho para para o Grupo de Trabalho da CUA/Continental para implementação por todos os actores relevantes.

Ponto 5 da Agenda: Diversos

19. A Comissão da UA informou à reunião que, devido à eleições, não será possível realizar a 9ª Sessão da CAMOT na Namíbia. Então, a Zâmbia e a Nigéria ofereceram-se para acolher a próxima Conferência, sujeito a confirmação após consultas.

20. Foi feita uma Moção de Agradecimento por S.E. Sr. Armando Inroga, Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, em nome da Conferência, à Comissão da União Africana pela realização de uma reunião bem-sucedida.

Ponto 6 da Agenda: Encerramento da Reunião

21. No seu discurso de encerramento, a Comissária agradeceu os Ministros pela sua participação activa e contribuições valiosas. O Presidente manifestou o seu apreço pelas valiosas deliberações, enalteceu os Ministros pelo seu compromisso no sentido de fazer avançar a integração continental, solidariedade e cooperação e declarou oficialmente encerrada a reunião.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Report of the extraordinary session of the ministers of trade, Addis Ababa, Ethiopia, 27 – 28 April 2014

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4558>

Downloaded from African Union Common Repository